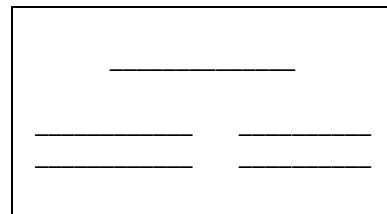




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 5/2025.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CÂMARA DE 21/02/2025

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA

RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO

ANTÓNIO COSTA DA SILVA

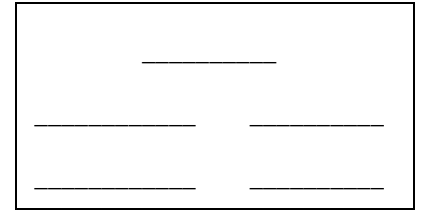
HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 15:20 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

CAIXA	€
FUNDOS DE MANEIO	€
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA	€
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILO ROBERTO	€
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	€
FUNDO DE MANEIO 6 – FÁBIO JOSÉ BRANCO PEREIRA	€
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	€
FUNDO DE MANEIO 8 – FILIPE NETTO DE MIRANDA DUARTE	€
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950	€
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	€



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, iniciando com cumprimentos às Senhoras e Senhores Vereadores, aos técnicos da Câmara que estavam a prestar apoio à reunião, e também a todos os que acompanhavam a reunião através das redes sociais. -----

Tratando-se de uma reunião extraordinária, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos: -----

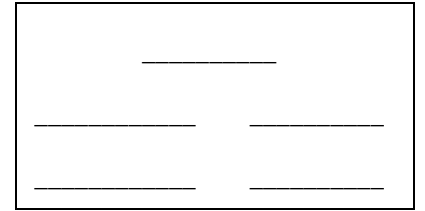
É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara que autorizou a utilização da reserva de recrutamento de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para preenchimento de cinco postos de trabalho de Assistente Operacional da Carreira e Categoria de Assistente Operacional;
3. Proposta de submissão à Assembleia Municipal da desafetação de áreas do Domínio Privado Municipal para Domínio Público Municipal, na sequência da operação de Loteamento do conjunto habitacional Municipal de Aguiar, integrado na Estratégia Local de Habitação; -----
4. Proposta de pedido de autorização à Assembleia Municipal para abertura de concurso público para a concessão de Exploração do Bar do Paço dos Henriques; -----
5. Proposta de aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental", nos termos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado do Ano de 2025); -----
6. Proposta de aprovação da 5ª Alteração Orçamental que integra a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 1.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
7. Proposta de aprovação da 7ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023, ainda em vigor; -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto dois) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara que autorizou a utilização da reserva de recrutamento de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para preenchimento de cinco postos de trabalho de Assistente Operacional da Carreira e Categoria de Assistente Operacional; -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara que autorizou a utilização da reserva de recrutamento de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para preenchimento de cinco postos de trabalho de Assistente Operacional da Carreira e Categoria de Assistente Operacional. -----



Ponto três) Proposta de submissão à Assembleia Municipal da desafetação de áreas do Domínio Privado Municipal para Domínio Público Municipal, na sequência da operação de Loteamento do conjunto habitacional Municipal de Aguiar, integrado na Estratégia Local de Habitação; -----

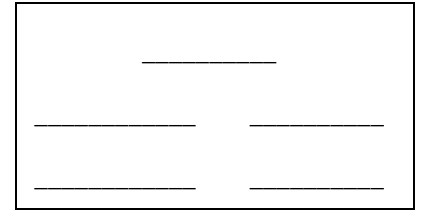
A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia disse que já tinham colocado algumas questões e o Senhor Presidente disse que seriam para a fase seguinte. Questionou se poderiam estar descansadas quanto a isso, mas que existiam alterações na disposição dos lotes, perguntando se tinha sido tratado com os moradores e se os mesmos estavam de acordo. -----

O Senhor Presidente respondeu dizendo que a disposição não é muito diferente, tendo sido feito um ajuste, sendo uma proposta do Gabinete de Arquitetos, a qual não foi discutida com os moradores porque não é necessário sê-lo feito, pois os moradores é quem lá está atualmente. Disse também que julgava que tinha mostrado aos Vereadores a proposta com a disposição que existia. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia disse que sim que tinha mostrado. -----

O Senhor Presidente continuou referindo que também tinha sido discutido o assunto com a Junta de Freguesia de Aguiar, mas que as alterações não eram muitas, existindo uns ajustes de áreas descobertas e cobertas, mas que essencialmente se mantinham os T3, T2 e T1 que existiam, mantendo-se em número igual existindo apenas uma pequena atualização, não existindo grande diferença nas áreas. Disse que tinham olhado para o que existia e tinham adaptado a uma Planta moderna, não existindo alterações, mas sim adaptações. -----

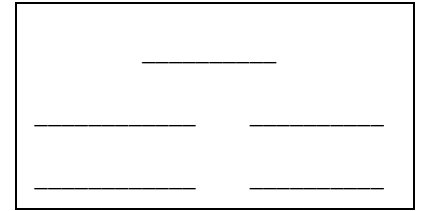
O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio dizendo que não tinha nenhuma questão técnica sobre o assunto, pois o projeto já o conhecia, não sendo novo, sendo efetivamente a questão mais importante a sua construção. Disse ainda que não iria utilizar uma expressão alentejana, pois é indelicada, dizendo “desconstruam-me construam-me se faz favor”, pois essa era a questão central que deveria ser feita. Continuou dizendo que a sua conclusão política já é antiga achando que já se está muito atrasado, mesmo para se beneficiar de 100% a fundo perdido, pois já se sabe que isso é uma impossibilidade e que as alternativas que se colocam são diferentes para financiar o trabalho, significando que uma parte do financiamento será empréstimo, não sendo a mesma coisa, pois está-se a falar de 50% do valor do investimento a realizar e o atraso que decorreu desde 2021 lesa o Município de Viana do Alentejo, na sua opinião, já o tendo referido várias vezes, apesar dos vários alertas. Este Vereador questionou se existia uma estimativa correta do investimento que irá ser realizado, pois o caderno de encargos é um elemento determinante para qualquer candidatura. Questionou também quais são os novos prazos e quais os calendários, pois está a passar-se uma etapa fazendo-se uma desafetação para um determinado projeto sendo, na sua opinião, importante saber qual o cronograma que segue, com o intuito de que as pessoas que moram no Bairro Social de Aguiar, que estivessem a ouvir e tivessem interesse em que o problema fosse resolvido soubessem, pois é uma situação que não dá dignidade às pessoas, sendo reconhecido por



todos, existindo um problema que tem de ser resolvido e neste sentido as pessoas têm expectativa por já terem passados muitos anos, pois desde 2020 que estão com a expectativa do que pode vir a acontecer sendo importante o calendário para que se perceba quais serão os próximos passos. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este era o primeiro passo, pois não se podia avançar com novos prazos sem vir a aprovação à Câmara e se for esse o entendimento dos Vereadores, seguidamente à aprovação é que se torna oficial podendo assim ir-se discutir o resto do processo. Disse que se está a aprovar o loteamento e que sem esta aprovação não se poderia dar continuidade do processo. Disse também que a parte orçamental terá vindo com o projeto, não tendo essa noção por não ter acompanhado, mas reforçou que é a primeira parte, existindo ainda a segunda parte que se irá falar nos valores globais, quer na construção das casas quer na parte do loteamento, mas que se já existir o estudo por parte do gabinete de arquitetura poderá trazer na próxima reunião de Câmara, julgando que existirá uma segunda fase, ou seja, a segunda parte do projeto. Disse ainda que não poderia concordar com a questão do atraso, já tendo assumido que poderia ter existido um aproveitamento na questão do PRR, mas que se está a cumprir todos os prazos que estavam previstos, tendo já previsto a questão dos 50% com o anterior executivo como também a questão dos prazos, não tendo sido falhado nenhum único prazo, não se tendo atrasado de forma alguma o processo. Continuou dizendo que existiu outro fator que poderia ter sido aproveitado, o financiamento através do PRR, fator esse que surgiu posteriormente à negociação feita pelo anterior executivo, mas que nessa parte não existiu capacidade de resposta para o fazer. Disse que não existe um novo calendário, estando a cumprir-se todos os prazos do calendário anterior, não podendo assim concordar com o Senhor Vereador António Costa da Silva. Disse que não se atrasou o processo, a única coisa que o Município não teve foi capacidade para adiantar o processo de outra forma, para que se pudesse concorrer às verbas do PRR, mas que todas as outras verbas, todos os outros prazos têm sido cumpridos, como estava estipulado, mas que não tinha sido o atual executivo que tinha feito o acordo, tendo esperança que as coisas continuassem referindo ainda que os problemas foram ultrapassados sendo agora necessário fazer, mas para isso é necessário passar todos os processos burocráticos, não podendo definir-se prazos ou negociações sem primeiro ter a deliberação da Câmara. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva quis deixar uma nota referindo que uma coisa foi o documento que é a Estratégia Local de Habitação, sendo um documento preparado por uma empresa contratada pelo anterior executivo no qual define uma estratégia para o Concelho, por decisão política, de quem estava na altura, tendo essa decisão política sido tomada, sendo que o Senhor Presidente na altura era Vereador saberia disso. Continuou dizendo que definiram uma estratégia que definia prazos tendo sido protocolado, mas não existiam as garantias do financiamento naquela fase, pois o PRR veio antecipar a possibilidade, pois o mesmo surgiu com base na questão de ajudar a resolver ou mitigar os problemas do COVID que se tornou uma oportunidade para os investimentos na área da Habitação, a qual muitos Municípios

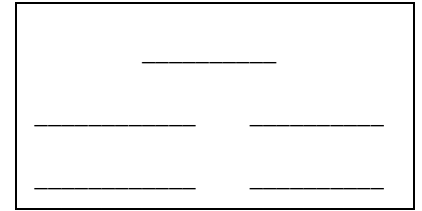


aproveitaram. O Senhor Vereador António Costa da Silva reformulou a expressão dizendo que há muitos Municípios que continuam a aproveitar os financiamentos do PRR. -----

O Senhor Presidente disse que era o caso do Município de Viana, não diretamente na Estratégia, mas noutras coisas. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que não estava a falar desse assunto, prosseguindo dizendo que há muitos Municípios que estão a aproveitar os financiamentos a 100%; e o Município de Viana não irá aproveitar, sendo evidente que existiam burocracias e problemas técnicos para resolver e era necessário chegar-se a esta etapa, mas também era necessário antecipar-se esta etapa para se garantir o financiamento não se conseguindo, contudo disse que o Senhor Presidente o assume, dizendo que não houve capacidade, expressão utilizada pelo Senhor Presidente. Continuou dizendo que lamenta a falta de capacidade do Município, não tendo conseguido, sendo que foram dados alertas, no caso concreto em novembro de 2021, apontando para a frente daquilo que seria o calendário, sendo que efetivamente não foi conseguido, estando-se numa situação que poderia ser melhor, com mais folga orçamental, para se fazer outras coisas, não acontecendo isso tendo que se recorrer a um financiamento bancário para esse fim. Para terminar, disse que se surpreende que não haja nenhuma noção do investimento, dos prazos, do processo e do cronograma, ficando assustado pois existindo uma estratégica com um documento elaborado e estando dentro dos prazos, já se tendo ultrapassado uma parte burocrática, mas que se continua sem saber nada, estando na mesma, onde o Órgão Câmara no dia 21 de fevereiro de 2025 não sabe quanto é o valor do investimento e não sabe quando vai ser executado, qual o caderno e encargos e quais são as perspetivas, sendo pior que as pessoas que lá moram e que estão interessadas em saber quando ouvirem a conversa ficam de mãos a abanar. -----

O Senhor Presidente respondeu dizendo que certamente não iriam ficar de mãos a abanar, pois está a ser feito o que não tinha ainda sido feito, pois existe todos os valores e todos os prazos, mas que no momento não estava preparado com eles, existindo, tendo já sido trazidos a reunião de Câmara também. Reforçou que estavam a ser cumpridos todos os prazos do calendário que existia, não sendo um calendário da Estratégia de Habitação, pois era um calendário que constava aquando da elaboração do projeto e da sua entrega, de quando tinha sido feita a candidatura, tendo sido tudo feito, dizendo que podia enviar aos Vereadores uma folha com um resumo de todos os valores e o que era para ser utilizado em 2024 e o que seria em 2025, pois isso existe. Disse que estar-se a induzir as pessoas em erro, que era o que se estava a fazer, que não estava nada feito, não era a verdade, pois as coisas estão feitas, estando dentro dos prazos e a sair consoante o que estava programado. Continuou dizendo que não houve capacidade de se ir ao PRR, pois a Câmara de Viana não tem meios para isso, não tendo pessoal nem Orçamentos aprovados, e nesse sentido não houve capacidade, pois se tivesse a trabalhar de outras formas se calhar poderia ter-se



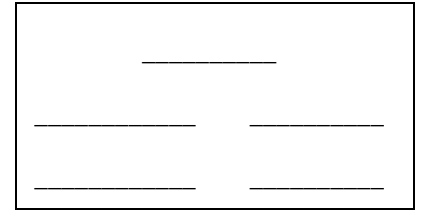
tido, mas como se está atualmente não se teve, pois enquanto se está a fazer umas coisas não se está a fazer outras, estando-se, neste caso, a cumprir-se um calendário que estava previsto. -----

Submetido a votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de submissão à Assembleia Municipal da desafetação de áreas do Domínio Privado Municipal para Domínio Público Municipal, na sequência da operação de Loteamento do conjunto habitacional Municipal de Aguiar, integrado na Estratégia Local de Habitação. -----

Ponto quatro) Proposta de pedido de autorização à Assembleia Municipal para abertura de concurso público para a concessão de Exploração do Bar do Paço dos Henriques; -----

A Senhora Vice-Presidente explicou que o Paço dos Henriques tem um espaço exterior onde existe um bar que muitas pessoas têm questionado pois gostariam de o explorar, achando-se por bem que se existe o espaço e o bar aquele espaço deveria ser animado. Assim ponderou-se e achou-se que deverá existir um concurso para exploração, sendo sempre uma mais valia para a Terra que acaba por valorizar o espaço. ---

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse “o início, em que o processo avançou, em que várias entidades estiveram envolvidas, nomeadamente a Câmara, a Junta de Freguesia, as Terras Dentro e a Associação dos Amigos de Alcáçovas, há que revelar isso, já estamos a falar há duas décadas atrás, nessa altura, ou um bocadinho mais, em que o Paço dos Henriques era uma realidade abriu-se uma oportunidade, através do Arquiteto Sá Ramalho, que trabalhava na altura na Direção Regional de Cultura, tendo sido uma pessoa muito empenhada no processo. Trabalhava, pois já faleceu. Um amigo de Alcáçovas e do Concelho de Viana do Alentejo, na perspetiva que se empenhou pessoalmente no processo. Na altura existiam três condições que eram preciso ultrapassar, uma delas era fazer uma caracterização do Concelho, perceber a História e a necessidade, que podia ser a intervenção do Paço dos Henriques e a utilização. Participar essencialmente três pessoas na parte técnica de forma gratuita, entenda-se, uma pessoa da Câmara, uma socióloga que não me lembro do nome, infelizmente, pois já foi há bastante tempo; o João Pereira, pela Associação dos Amigos das Alcáçovas fez a parte da historiografia do assunto, e eu próprio, pelas Terras Dentro fiz a parte descritiva e das necessidades técnicas do Paço dos Henriques e desde o início se pensou que aquele espaço ia ser um espaço vivo. Não só um espaço de receção, de pessoas para verem, para conhecerem o Tratado, que é algo que ainda estamos muito longe de tornar aquilo um centro interpretativo do Tratado das Alcáçovas, porque é uma coisa única que deveríamos valorizar, mas para além disso era importante aquele espaço ter as associações, com a possibilidade de estudiosos ficarem lá, historiadores e outros estudiosos pudessem estar lá, mas também que tivesse um espaço aberto à comunidade permanente, um bar que desse vida ao espaço. Portanto vejo com satisfação, os cuidados naturais que estas coisas têm que ter, porque não pode ser uma coisa que faça confusão, mas vimos em muitos equipamentos culturais no mundo inteiro, a compatibilização da cafetaria num espaço decente com o equipamento cultural, o espaço de biblioteca, o espaço de usufruto, o espaço de vivência e de



conhecimento, que também é um espaço muito importante, penso que pode ser um elemento importante para alavancar aquilo que é o Paço dos Henriques e quando também não só para os locais mas também quem nos visita poder beneficiar dessas características, por isso fico satisfeito com este passo que é um passo que tinha sido adiado.” -----

O Senhor Presidente disse que o Senhor Vereador não poderia ficar totalmente satisfeito por ter sido uma coisa feita pelo atual executivo, mas percebe, e que o importante é em focar-se no facto de ser um passo bem dado dentro do Paço pois existe o bar, uma pequena cafetaria já construída dentro do Paço, estando já tudo lá, tendo todas as condições para ser explorado achando que é muito importante a decisão para se dar e valorizar o que lá está. Disse ainda que apesar de muitas vezes ser utilizado, como todos sabem, mas não é no dia a dia, achando que fica bem aproveitado, estando já tudo feito e não se gastando mais. -----

Submetido a votação a Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de pedido de autorização à Assembleia Municipal para abertura de concurso público para a concessão de Exploração do Bar do Paço dos Henriques. -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental", nos termos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado do Ano de 2025); -----

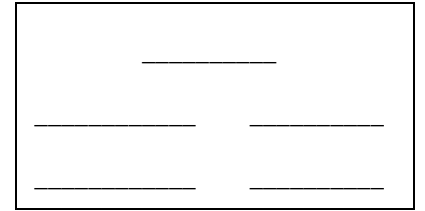
A Câmara deliberou aprovar com três votos favoráveis e duas abstenções por parte da Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia e da Senhora Vereadora Rita Rafael a proposta de aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental", nos termos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado do Ano de 2025); -----

Ponto seis) Proposta de aprovação da 5ª Alteração Orçamental que integra a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 1.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o que constava no documento era a introdução do saldo gerência, da gerência anterior e a adaptação desse saldo. -----

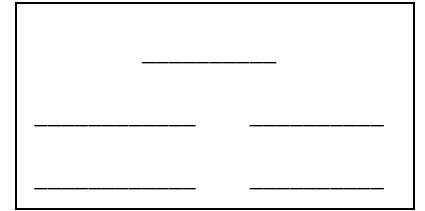
A Senhora Vereadora Rita Rafael disse que concordam sempre que a Câmara receba as receitas todas não concordando com a distribuição da despesa, sendo que os pontos vêm em conjunto. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu, para quem estava a ouvir, que se estava a falar de saldos de gerência, ou seja, valores que entram no Orçamento para 2025 sendo que o Orçamento da Câmara foi reprovado, o que significa que a Câmara trabalha com valores comparativos com anos anteriores, genericamente para clarificar o que se estava a falar. Continuou dizendo que a Câmara não fica impedida de funcionar devido a isso, continuando a ter receitas, despesas, continuando a executar o seu Orçamento e que ao contrário do que o Senhor Presidente tinha referido anteriormente, e relativamente à questão do Bairro Social de Aguiar, ficaria impedido de poder executar projetos ou despesas derivadas ao Orçamento não estar aprovado, estando-se a deliberar sobre algo que permite ao Executivo/Câmara Municipal,



executar os projetos que propõem. Disse ainda, que quando o Senhor Presidente diz as coisas muito no ar de não deixarem fazer e não permitirem executar algumas coisas devido ao Orçamento não estar aprovado, deveria referir que se pode não permitir devido à dimensão que o Senhor Presidente gostaria de outras oportunidades, não ficando inibido de fazer opções, como está a fazer, sendo opções políticas, em relação ao caminho a seguir. Continuou dizendo que se a Estratégia Local de Habitação, primeiro direito e financiamento, são prioridades assim como a Escola, e Investimentos estruturantes do Concelho que o Senhor Presidente entende, estão nas inscrições. Disse o mesmo em relação às despesas correntes, não só dos investimentos daí se estar a falar do Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa afeto a essa Receita e também ao Plano Plurianual de Investimentos, não ficando assim inibido da realização da Feira D'Aires ou da Mostra da Doçaria, tendo sim mais limitações. Continuou dizendo que na parte deste Vereador, o entendimento era que o Orçamento tinha sido rejeitado por opções do Município, e do não cumprimento de outras opções anteriores, mas que já tinha sido falado. Atualmente o que interessava era se com o Orçamento existente permite a execução das verbas na perspetiva de Gestão do Município, reconhecendo que existe muitas despesas de investimento e despesas que irão ser realizadas que não são, na sua perspetiva, prioridades fundamentais em termos de execução do Orçamento, sendo uma opção política. Disse que na sua perspetiva, e considerando os documentos que constavam, deveria ser dada a possibilidade de pelo menos ser discutido em Assembleia Municipal com todos os eleitos, onde também estão as Juntas de Freguesia, de forma a terem uma perceção clara dos impactos que têm nestas. Finalizou dizendo que da sua parte não inviabiliza a alteração orçamental, mas deixou claro que se está a viabilizar a possibilidade de o Município executar as despesas que pretende na sua política de gestão. -----

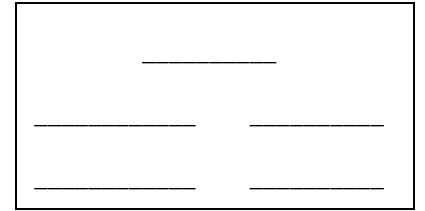
O Senhor Presidente disse que quando se tinha referido anteriormente à questão do processo, e que o Senhor Vereador António Costa da Silva tinha acabado de confirmar, são necessárias opções, ficando limitados sem a aprovação do Mapa de Pessoal e dos Orçamentos e tem de ser feitas opções, recordando que desde o princípio gostariam e colocaram tanto em Orçamento como em Mapa de Pessoal a admissão de mais dois Arquitetos. Disse também que na altura tinha falado na admissão de três Arquitetos com o objetivo de se regularizar algumas coisas atrasadas, como também forma de ter Arquitetos que pudessem fazer os trabalhos para a Câmara, pois é do conhecimento que todas as Câmara que têm Arquitetos com o gabinete a funcionar, não se sujeitam a comprar serviços, tendo os serviços mais rapidamente resolvidos, estando-se assim a sujeitar aos prazos que os gabinetes de Arquitetos fazem, pois se a prata da casa funcionasse a resposta certamente teria sido de outra forma, muito mais rápida. Continuou dizendo que não se estava a desculpar com nada, e em concordância com o Senhor Vereador António Costa da Silva, disse que tem que existir opções, e neste caso a opção foi cumprir-se com todos os prazos da Estratégia Local de Habitação, sendo isso que se estavam a referir, tendo que se recorrer a serviços exteriores, tendo sido nesse sentido que fez referência à questão da não aprovação do Mapa de Pessoal e do Orçamento.



Disse também que de qualquer forma, se os Senhores Vereadores entendessem não viabilizar as situações que viabilizaram até atualmente, já referido em várias reuniões, a Câmara já tinha fechado as portas pois era ingovernável e provavelmente já tinham existido Eleições a meio do mandato, ou nem se chegava a meio, sendo ingovernável senão tivessem viabilizado. Disse também que efetivamente existem opções do executivo que não são iguais à dos Senhores Vereadores, mas que é normal, pois é o Senhor Presidente que está na Câmara, tendo sido eleito e do seu prisma algumas coisas são prioridades, mas que na opinião dos Senhores Vereadores não são, mas que se lá estivessem ou voltassem a estar um dia terão outras opções sendo isso normal. Prosseguiu dizendo que as opções que têm tido são sempre a favor do Município de Viana do Alentejo e do Concelho, não se tendo andado a esbanjar dinheiro e as próprias iniciativas que têm sido realizadas, como a Feira D'Aires, a Romaria, não têm sido a esbanjar dinheiro, tendo sido equilibrado nos espetáculos e nas iniciativas realizadas, tendo essa noção. Disse também que foram feitos investimentos e candidaturas e aplicando os dinheiros dos Orçamentos sempre em coisas que fazem falta no Concelho, não sendo nada "em belo prazer". Fez referência a uma frase do Senhor Vereador António Costa da Silva, e que não tinha haver com coisas que o Senhor Presidente gostasse ou não de fazer, mas sim coisas necessárias para o Concelho, pois não gostaria de ter mais cinco Arquitetos porque queria, mas sim porque o Município precisa, além de outras pessoas que foram propostas e não foram aprovadas, mas foram propostas por necessidade do Município, não pelo Senhor Presidente gostar ou não. Disse também que tem reconhecido o facto de ser viabilizado, mas não é igual, pois existe um Orçamento aprovado e feito à medida do que acham que é necessário, elaborado com os técnicos e com os contabilistas sendo totalmente diferente do que estar a trabalhar-se com um Orçamento que tem sido empurrado de 2023,2024,2025, mas que é verdade pois as coisas vão-se fazendo indo-se tendo as verbas, mas não se tem as verbas atualizadas não sendo a mesma coisa. Concluiu dizendo que é por isso que uma coisa é trabalhar-se com um Orçamento aprovado outra coisa é trabalhar-se com Orçamentos refeitos reunião a reunião. --

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, disse que da parte do Partido Socialista continuavam disponíveis com a condição de tentar-se aprovar o Orçamento, com a condição que não foi aceite. -----

O Senhor Presidente da Câmara, disse que se tinham sentado à mesa, tinham estado em negociações não tendo entrado em acordo por imposição do Partido Socialista, pois o Partido Socialista apresentou oito propostas que foram analisadas, tendo o Senhor Presidente referido na primeira reunião que existia uma proposta que era difícil chegar a acordo, tendo das oito cedido a sete, sendo que o Partido Socialista fez alavanca de uma obra que o executivo faz questão de a fazer, tendo já a mesma sido aprovada em Reunião de Câmara, tendo sido já viabilizada pelo Partido Socialista e posteriormente impôs que o fizessem. Disse ainda que o Partido Socialista não estando na Câmara quer mandar nesta, querendo que as coisas sejam feitas "à moda do PS ou com a vontade do PS.", dizendo que não pode concordar, pois em oito cederam a



sete, sendo que o Partido Socialista “quer fazer as coisas à sua maneira”, mas para isso tem de ganhar eleições. -----

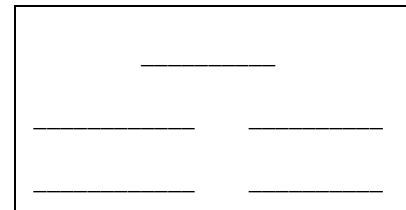
A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia disse que para o Partido Socialista aquela era a mais importante. -----

O Senhor Presidente continuou dizendo que em oito não prescindirem um milímetro, onde normalmente é feito por quem está a comandar a Câmara, deixando uma única que era importante para o executivo, e para o Partido Socialista era a mais importante, pois era a que o executivo não tinha cedido, tendo já a mesma sido viabilizada pelo Partido Socialista em Reunião de Câmara. -----

Submetido a votação, a Câmara deliberou aprovar por maioria com dois votos favoráveis, uma abstenção por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva e dois votos contra por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael a proposta de aprovação da 5ª Alteração Orçamental que integra a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 1.ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Foi feita uma declaração de voto por parte da Senhora Vereadora Rita Rafael, em representação do Partido Socialista: *“Como se sabe, o PS votou contra o Orçamento para 2025. Em coerência com essa votação, vota agora contra esta alteração orçamental porque ela contém alterações relacionadas com o nosso voto contra e porque essas alterações estão misturadas com todas as outras que concordamos. Não concordamos com a aplicação dos montantes do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, na parte do acréscimo referente a 2025. Concordamos com a inclusão do saldo da gerência anterior, bem como com todas as receitas a receber pelo município, nomeadamente FEDER, PRR, entre outras. Por outro lado, queremos referir que não foi devido ao voto contra do PS que não foram feitas obras importantes no concelho. Dando apenas um exemplo, a Requalificação das Casas Pré Fabricadas de Aguiar não foi feita devido ao atraso do executivo da CDU na gestão do referido processo, perdendo a oportunidade de financiamento a 100% pelo PRR.”* -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva também fez uma declaração de voto referindo que o VIVA se absteve para viabilizar a possibilidade de inclusão da receita, do saldo gerência, e também da realização de um conjunto de despesas que são opção exclusiva do Município, separando assim as águas pois a decisão sobre o Orçamento foi uma decisão política, clara e evidente por várias razões, sendo uma delas relacionada com a falta de compromisso do Município, mas também com aquilo que considera diferenças estruturantes da execução dos investimentos no Concelho de Viana do Alentejo, querendo deixar isso claro. Contudo, disse que elas continuam a existir, mas o voto é de responsabilidade pois significa que senão se absterem inviabilizam a possibilidade de as contas do Município poderem ser executadas, significando que a receita poderá entrar e não serve para nada, sendo que não servir para nada é algo complexo para o Concelho de Viana do Alentejo, não indo a esse ponto, daí esse voto. -----



Ponto sete) Proposta de aprovação da 7ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023, ainda em vigor;

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta de aprovação da 7ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023, ainda em vigor. -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às 15 horas e dez minutos tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, _____, A Assistente Técnica, a subscrevi.

O Presidente da Câmara,

Os Vereadores,